

## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SETE LAGOAS LTDA - SICOOB CREDISETE

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017</b> (Valores expressos reais – R\$)				<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017</b> (Valores expressos reais – R\$)					
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Eventos</b>	<b>Capital Capital Subscrito</b>	<b>Capital a Realizar</b>	<b>Legal</b>	<b>Reservas de Sobras Sobras ou Perdas Acumuladas</b>	<b>Totais</b>
Circulante		180.635.477,84	148.180.540,51	<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>21.185.246,95</b>	<b>(123.576,69)</b>	<b>11.911.339,16</b>	-	<b>32.973.009,42</b>
Disponibilidades		3.784.241,86	2.424.986,23	<b>Movimentações de Capital:</b>					
Relações Interfinanceiras	5	141.095.758,13	103.711.902,06	Por Subscrição/Realização	1.326.910,53				1.326.910,53
Centralização Financeira - Cooperativas		141.095.758,13	103.711.902,06	Por Devolução (-)	(730.231,59)	32.711,03			(697.520,56)
Operações de Crédito	6	28.300.087,05	35.675.128,53	Estorno de Capital			(2.290.709,34)	2.290.709,34	-
Operações de Crédito		42.408.346,02	47.607.482,14	Reversões de Reservas				(1.918.915,13)	(1.918.915,13)
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(14.108.258,97)	(11.932.353,61)	Sobra / Perda Líquida				(371.794,21)	(371.794,21)
Outros Créditos	7	1.236.671,41	1.601.072,47	<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>21.781.925,89</b>	<b>(90.865,66)</b>	<b>9.620.629,82</b>	<b>(0,00)</b>	<b>31.311.690,05</b>
Créditos por Avais e Fianças Honrados		83.657,49	41.290,04	<b>Movimentações de Capital:</b>					
Rendas a Receber		749.754,68	598.541,08	Por Subscrição/Realização	1.164.712,24	30.395,82			1.195.108,06
Diversos		464.506,77	995.877,36	Por Devolução (-)	(829.810,48)				(829.810,48)
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(61.247,53)	(34.636,01)	Estorno de Capital	(500,00)				(500,00)
Outros Valores e Bens	8	6.218.719,39	4.767.451,22	Sobra / Perda Líquida				4.511.931,44	4.511.931,44
Outros Valores e Bens		6.425.355,22	4.933.213,84	Fates Atos Não Cooperativos				(306.137,14)	(306.137,14)
(Provisões para Desvalorizações)		(286.751,37)	(208.000,00)	<b>Destinação da Sobra do Exercício:</b>					
Despesas Antecipadas		80.115,54	42.237,38	. Fundo de Reserva			420.579,43	(420.579,43)	-
Realizável a Longo Prazo		36.999.530,92	32.876.367,17	. F A T E S			(210.289,72)	(210.289,72)	-
Operações de Crédito	6	34.987.517,27	30.923.499,74	<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>22.116.327,65</b>	<b>(60.469,84)</b>	<b>10.041.209,25</b>	<b>3.574.925,15</b>	<b>35.671.992,21</b>
Operações de Crédito		34.987.517,27	30.923.499,74	<b>Saldos em 30/06/2018</b>	<b>21.704.180,39</b>	<b>(80.505,17)</b>	<b>9.620.629,82</b>	<b>2.210.515,74</b>	<b>33.454.820,78</b>
Outros Créditos	7	2.012.013,65	1.952.867,43	<b>Movimentações de Capital:</b>					
Diversos		2.012.013,65	1.952.867,43	Por Subscrição/Realização	608.490,35	20.035,33			<b>628.525,68</b>
Permanente		15.815.318,22	11.137.040,40	Por Devolução (-)	(195.843,09)				(195.843,09)
Investimentos	9	4.276.463,00	3.824.654,05	Estorno de Capital	(500,00)				(500,00)
Participações em Cooperativas		4.276.463,00	3.824.654,05	Sobra / Perda Líquida				2.301.415,70	2.301.415,70
Imobilizado em Uso	10	11.538.855,22	7.312.386,35	Fates Atos Não Cooperativos				(306.137,14)	(306.137,14)
Imóveis de Uso		1.364.501,20	1.364.501,20	<b>Destinação da Sobra do Exercício:</b>					
Imobilização em Curso		9.777.304,73	5.535.725,57	. Fundo de Reserva			420.579,43	(420.579,43)	-
Outras Imobilizações de Uso		3.761.104,80	3.434.408,14	. F A T E S			(210.289,72)	(210.289,72)	-
(Depreciações Acumuladas)		(3.364.055,51)	(3.022.248,56)	<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>22.116.327,65</b>	<b>(60.469,84)</b>	<b>10.041.209,25</b>	<b>3.574.925,15</b>	<b>35.671.992,21</b>
TOTAL DO ATIVO		233.450.326,98	192.193.948,08	<i>As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>					
<i>As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>									
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017</b> (Valores expressos reais – R\$)					
<b>Circulante</b>		<b>192.874.340,83</b>	<b>157.265.457,38</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2º SEMESTRE 2018</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>		
Depósitos	11	180.479.817,75	149.116.428,75	<b>Atividades Operacionais</b>					
Depósitos à Vista		53.561.611,97	45.333.874,69	<b>Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação</b>	<b>2.426.108,13</b>	<b>4.769.546,12</b>	<b>(1.623.346,59)</b>		
Depósitos Sob Aviso		1.608.278,32	1.524.375,51	IRPJ / CSLL	(124.692,43)	(257.614,68)	(295.568,54)		
Depósitos a Prazo		125.309.927,46	102.258.178,55	Depreciações e Amortizações	197.306,80	390.381,53	362.924,51		
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		3.826.020,66	-	Provisão para Perda com Operações de Crédito	(1.006.581,87)	2.175.905,36	(2.958.575,01)		
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		3.826.020,66	-	<b>Aumento (Redução) em Ativos Operacionais</b>					
Relações Interfinanceiras	12	2.885.831,99	3.688.907,52	Operações de Crédito	(1.961.965,45)	1.135.118,59	25.491.298,02		
Repasse Interfinanceiros		2.885.831,99	3.688.907,52	Outros Créditos	(32.040,33)	305.254,84	(455.941,93)		
Relações Interdependências	13	763.447,99	353.633,79	Outros Valores e Bens	(248.796,91)	(1.451.268,17)	(1.427.671,91)		
Recursos em Trânsito de Terceiros		763.447,99	353.633,79	<b>Aumento (Redução) em Passivos Operacionais</b>					
Outras Obrigações	14	4.919.222,44	4.106.487,32	Depósitos a Vista	3.120.049,56	23.051.748,91	11.719.890,95		
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		39.225,23	47.543,27	Depósitos sob Aviso	43.034,43	8.227.737,28	135.793,06		
Sociais e Estatutárias		993.857,01	888.518,37	Depósitos a Prazo	8.995.827,03	83.902,81	(3.121.643,27)		
Fiscais e Previdenciárias		524.494,48	496.383,28	LCA - Pós Fixada	3.826.020,66	3.826.020,66	-		
Diversas		3.361.645,72	2.674.042,40	Relações Interfinanceiras	1.563.805,24	398.498,90	(3.156.393,89)		
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>4.903.993,94</b>	<b>3.616.800,65</b>	Relações Interdependências	639.960,28	409.814,20	(46.779,80)		
Relações Interfinanceiras	12	2.539.601,70	1.338.027,27	Outras Obrigações	(134.628,50)	898.353,98	357.694,53		
Repasse Interfinanceiros		2.539.601,70	1.338.027,27	Resultado de Exercícios Futuros					
Outras Obrigações	14	2.364.392,24	2.278.773,38	<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>17.303.406,64</b>	<b>43.963.400,33</b>	<b>24.981.680,13</b>		
Provisões para Riscos Fiscais e Trabalhistas		2.364.392,24	2.278.773,38	<b>Atividades de Investimentos</b>					
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>35.671.992,21</b>	<b>31.311.690,05</b>	Alienação de Imobilizações de Uso	38.500,00	108.500,00	184.974,60		
Capital Social		22.055.857,81	21.691.060,23	Inversões em Imobilizado de Uso	(2.447.921,34)	(4.676.832,62)	(3.398.026,89)		
De Domiciliados no País		22.116.327,65	21.781.925,89	Inversões em Investimentos	(201.355,08)	(451.808,95)	(378.217,02)		
(Capital a Realizar)		(60.469,84)	(90.865,66)	Outros Ajustes	(18.700,02)	(48.517,78)	(320,81)		
Reserva de Lucros		10.041.209,25	9.620.629,82	<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(2.629.476,44)</b>	<b>(5.068.659,35)</b>	<b>(3.591.590,12)</b>		
Sobras Acumuladas		3.574.925,15	-	<b>Atividades de Financiamentos</b>					
<b>TOTAL</b>		<b>233.450.326,98</b>	<b>192.193.948,08</b>	Aumento por Aportes de Capital	628.525,68	1.195.108,06	1.359.621,56		
<i>As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>				Devolução de Capital à Cooperados	(195.843,09)	(829.810,48)	(730.231,59)		
				Estorno de Capital	(500,00)	(500,00)			
				FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(306.137,14)	(306.137,14)	(371.794,21)		
				FATES - Sobra Exercício	(210.289,72)	(210.289,72)			
				<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>(84.244,27)</b>	<b>(151.629,28)</b>	<b>257.595,76</b>		
				<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>14.589.685,93</b>	<b>38.743.111,70</b>	<b>21.647.685,77</b>		
				<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>					
				No Início do Período	130.290.314,06	106.136.888,29	84.489.202,52		
				No Fim do Período	144.879.999,99	144.879.999,99	106.136.888,29		
				<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>14.589.685,93</b>	<b>38.743.111,70</b>	<b>21.647.685,77</b>		
				<i>As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>					
<b>DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017</b> (Valores expressos reais – R\$)				<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017</b>					
	<b>Nota</b>	<b>2º SEMESTRE 2018</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>1. Contexto Operacional</b>				
<b>Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira</b>		<b>12.795.481,32</b>	<b>27.890.889,15</b>	<b>24.334.438,62</b>	A COOPERATIVA DE CREDITO DE SETE LAGOAS LTDA. – SICOOB CREDISETE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/09/1986, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.– SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.				
Operações de Crédito		12.795.481,32	27.890.889,15	24.334.438,62	O SICOOB possui 10 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Baldim, Capim Branco, Inhaúma, Fortuna de Minas, Funilândia, Jequitibá, Santana de Pirapama e Sete Lagoas com os PAs Afonso Guimarães Costa, Dr. Carmêlio Portillo Maciel e Antônio Campolina França.				
<b>Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira</b>		<b>(7.807.872,32)</b>	<b>(18.815.769,13)</b>	<b>(23.394.480,92)</b>	O SICOOB tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:				
Operações de Captação no Mercado		(3.819.670,70)	(7.359.684,52)	(10.166.511,38)	(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;				
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(200.036,02)	(428.221,42)	(634.088,28)	(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e				
Provisão para Operações de Créditos		(3.788.165,60)	(11.027.863,19)	(12.593.881,26)	(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.				
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>4.987.609,00</b>	<b>9.075.120,02</b>	<b>939.957,70</b>	<b>2. Apresentação das demonstrações contábeis</b>				
<b>Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais</b>		<b>(2.391.076,53)</b>	<b>(4.141.467,32)</b>	<b>(2.941.224,92)</b>	As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 07/02/2019.				
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.635.100,69	5.056.154,82	4.207.544,94	Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.				
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		2.281.576,30	4.500.590,12	3.541.300,99	Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução				
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(6.074.341,00)	(11.789.277,87)	(10.523.640,70)					
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(4.430.381,08)	(8.567.121,71)	(8.039.758,54)					
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(104.929,76)	(262.111,70)	(220.114,00)					
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.285.043,83	8.076.994,91	9.087.277,41					
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	18	257.611,72	845.514,06	848.830,56					
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	19	(1.240.757,23)	(2.002.209,95)	(1.842.665,58)					
<b>Resultado Operacional</b>		<b>2.596.532,47</b>	<b>4.933.652,70</b>	<b>(2.001.267,22)</b>					
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>20</b>	<b>(170.424,34)</b>	<b>(164.106,58)</b>	<b>377.920,63</b>					
<b>Resultado Antes da Tributação</b>		<b>2.426.108,13</b>	<b>4.769.546,12</b>	<b>(1.623.346,59)</b>					
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(69.364,54)	(143.627,78)	(166.219,37)					
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(55.327,89)	(113.986,90)	(129.349,17)					
Participação de Funcionários no Resultado									
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>									

## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SETE LAGOAS LTDA - SICOOB CREDISETE

CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Central Crediminas e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

#### m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

### 4. Caixa e equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	3.784.241,86	2.424.986,23
Relações interfinanceiras - centralização financeira	141.095.758,13	103.711.902,06
<b>TOTAL</b>	<b>144.879.999,99</b>	<b>106.136.888,29</b>

### 5. Relações interfinanceiras

Referem-se à Centralização Financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/15.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	141.095.758,13	103.711.902,06
<b>TOTAL</b>	<b>141.095.758,13</b>	<b>103.711.902,06</b>

### 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	215.024,85	-	215.024,85	445.518,26
Empréstimos	29.952.313,11	27.138.019,39	57.090.332,50	58.175.367,50
Títulos Descontados	4.365.427,00	-	4.365.427,00	5.498.568,36
Financiamentos	3.993.932,35	5.002.851,37	8.996.783,72	6.291.212,85
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.881.648,71	2.846.646,51	6.728.295,22	8.120.314,91
(-) Provisões para Operações de Crédito	-14.108.258,97	-	-14.108.258,97	-11.932.353,61
<b>TOTAL</b>	<b>28.300.087,05</b>	<b>34.987.517,27</b>	<b>63.287.604,32</b>	<b>66.598.628,27</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emprést./ Tít. Desc.*	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 2017	Provisões 2018	Total em 2016	Provisões 2017
AA Normal	614.032,10	-	-	614.032,10	-	144.717,77	0
A 0,5% Normal	10.213.846,57	2.475.513,79	797.753,82	13.487.114,18	67.435,62	11.841.276,67	59.206,38
B 1% Normal	3.204.302,52	2.935.924,77	2.314.673,56	8.454.900,85	84.549,06	9.062.263,11	90.622,63
B 1% Vencidas	16.608.117,70	1.720.434,51	2.377.038,34	20.705.590,55	207.055,96	22.419.163,72	224.191,64
C 3% Normal	11.880.023,84	1.357.563,57	889.912,61	14.127.500,02	423.825,06	14.256.764,31	427.703,38
C 3% Vencidas	2.466.745,31	154.976,18	206.092,02	2.827.813,51	84.834,45	4.585.341,55	137.560,25
D 10% Normal	1.208.992,37	230.626,10	40.740,39	1.480.358,86	148.035,93	1.093.584,91	109.358,49
D 10% Vencidas	922.633,44	4.263,02	16.333,56	943.230,02	94.323,06	836.043,27	83.604,33
E 30% Normal	1.004.704,17	72.670,31	-	1.077.374,48	323.212,40	1.172.567,33	351.770,20
E 30% Vencidas	859.675,59	17.385,51	22.248,70	899.309,80	269.792,99	791.817,90	237.545,37
F 50% Normal	171.102,35	-	-	171.102,35	85.551,24	293.568,25	146.784,13
F 50% Vencidas	476.540,98	8.537,17	3.318,66	488.396,81	244.198,46	3.729.331,94	1.864.665,97
G 70% Normal	104.279,45	5.517,89	-	109.797,34	76.858,19	60.090,54	42.063,88
G 70% Vencidas	35.852,90	-	-	35.852,90	25.097,03	290.577,14	203.404,00
H 100% Normal	8.278.672,35	-	-	8.278.672,35	8.278.672,35	2.253.372,28	2.253.372,28
H 100% Vencidas	3.621.262,71	13.370,90	60.183,56	3.694.817,17	3.694.817,17	5.700.501,19	5.700.501,19
<b>Total Normal</b>	<b>36.679.955,72</b>	<b>7.077.816,43</b>	<b>4.043.080,38</b>	<b>47.800.852,53</b>	<b>9.488.139,85</b>	<b>40.178.205,17</b>	<b>3.480.880,87</b>
<b>Total Vencido</b>	<b>24.990.828,63</b>	<b>1.918.967,29</b>	<b>2.685.214,84</b>	<b>29.595.010,76</b>	<b>4.620.119,12</b>	<b>38.352.776,71</b>	<b>8.451.472,74</b>
<b>Total Geral</b>	<b>61.670.784,35</b>	<b>8.996.783,72</b>	<b>6.728.295,22</b>	<b>77.395.863,29</b>	<b>14.108.258,97</b>	<b>78.530.981,88</b>	<b>11.932.353,61</b>
<b>Provisões</b>	<b>(13.773.923,06)</b>	<b>(176.325,04)</b>	<b>(158.010,87)</b>	<b>(14.108.258,97)</b>	<b>-</b>	<b>(11.932.353,61)</b>	<b>-</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>47.896.861,29</b>	<b>8.820.458,68</b>	<b>6.570.284,35</b>	<b>63.287.604,32</b>	<b>-</b>	<b>66.598.628,27</b>	<b>-</b>

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Conta Corrente e Empréstimos	13.727.505,10	16.439.832,86	27.138.019,39	57.305.357,35
Financiamentos	1.191.436,15	2.802.496,20	5.002.851,37	8.996.783,72
Financiamentos Rurais	918.284,35	2.963.364,36	2.846.646,51	6.728.295,22
Títulos Descontados	4.029.622,65	335.804,35	0,00	4.365.427,00
<b>TOTAL</b>	<b>19.866.848,25</b>	<b>22.541.497,77</b>	<b>34.987.517,27</b>	<b>77.395.863,29</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo/ Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	994.567,10	11.138.687,39	1.245.475,12	0,00	13.378.729,61	17%
Setor Privado - Indústria	50.794,86	1.913.365,56	88.284,64	0,00	2.052.445,06	3%
Setor Privado - Serviços	1.816.816,43	29.427.431,76	1.978.725,19	0,00	33.222.973,38	43%
Pessoa Física	1.277.273,98	18.672.004,48	941.270,30	6.728.295,22	27.618.843,98	36%
Outros	109.363,91	901.835,60	111.671,75	0,00	1.122.871,26	1%
<b>TOTAL</b>	<b>4.248.816,28</b>	<b>62.053.324,79</b>	<b>4.365.427,00</b>	<b>6.728.295,22</b>	<b>77.395.863,29</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	11.932.353,61	14.890.928,62
Constituições / Reversões	2.630.175,20	11.377.452,27
Transferência para prejuízo	(8.825.346,31)	(15.580.140,02)
Reversões de prejuízo	8.371.076,47	1.244.112,74
<b>TOTAL</b>	<b>14.108.258,97</b>	<b>11.932.353,61</b>

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	2.425.248,10	3,00%	2.372.302,97	3,00%
10 Maiores Devedores	14.828.253,17	19,00%	13.087.634,35	17,00%
50 Maiores Devedores	30.089.432,03	39,00%	29.868.853,52	38,00%

#### g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	27.453.519,94	13.117.492,66
Valor das operações transferidas no período	8.825.346,31	15.580.140,02
Valor das operações recuperadas no período	(8.371.076,47)	(1.244.112,74)
<b>TOTAL</b>	<b>27.907.789,78</b>	<b>27.453.519,94</b>

### 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	83.657,49	41.290,04
Rendas a Receber (a)	749.754,68	598.541,08
Diversos (b)	2.476.520,42	2.948.744,79
<b>(-) Provisões para Outros Créditos (c)</b>	<b>(61.247,53)</b>	<b>(34.636,01)</b>

(a) Em outras Rendas a Receber estão registradas a remuneração da Centralização Financeira a receber (R\$716.360,12) e rendas de Convênios a Receber (R\$ 33.394,56)

(b) Conta de Devedores por Depósitos em Garantia, faz parte da rubrica Diversos, estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$433.452,82), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$1.566.012,38) e Depósitos Trabalhistas (R\$12.548,45). Nesta rubrica Diversos temos ainda a conta Adiantamento Por Conta de Imobilizações na ordem de R\$224.210,14, Tarifas a Receber R\$219.426,10, Pendências a Regularizar no valor de R\$20.870,53 e diferença de caixa a regularizar no valor de R\$ 857,55.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E 30%	24.088,03	24.088,03	(7.226,41)	435,30	(130,59)
F 50%	6.516,64	6.516,64	(3.258,32)	12.6	

## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SETE LAGOAS LTDA - SICOOB CREDISETE

### 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	53.561.611,97	45.333.874,69
Depósitos Sob Aviso	1.608.278,32	1.524.375,51
Depósito a Prazo	125.309.927,46	102.258.178,55
<b>Total</b>	<b>180.479.817,75</b>	<b>149.116.428,75</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos. Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	5.758.632,04	3,00%	3.461.621,47	2,00%
10 Maiores Depositantes	29.811.273,17	17,00%	23.877.239,61	16,00%
50 Maiores Depositantes	66.592.869,42	37,00%	57.474.364,11	39,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	98.297,88	136.348,74
Despesas de Depósitos a Prazo	6.978.993,56	9.810.135,10
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	30.520,66	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	251.872,42	220.027,54
<b>TOTAL</b>	<b>7.359.684,52</b>	<b>10.166.511,38</b>

### 12. Relações Interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	6 a 8% a.a.	Diversos	6.021.615,62	5.391.828,02
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(596.181,93)	(364.893,23)
<b>TOTAL</b>			<b>5.425.433,69</b>	<b>5.026.934,79</b>

### 13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento ( a )	671.485,89	277.298,70
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	91.962,10	76.335,09
<b>TOTAL</b>	<b>763.447,99</b>	<b>353.633,79</b>

a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

### 14. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	39.225,23	47.543,27
Sociais e Estatutárias	993.857,01	888.518,37
Fiscais e Previdenciárias	524.494,48	496.383,28
Diversas	5.726.037,96	4.952.815,78
<b>TOTAL</b>	<b>7.283.614,68</b>	<b>6.385.260,70</b>

#### 14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
FATES ( a )	700.517,85	619.614,28
Cotas de Capital a Pagar ( b )	293.339,16	268.904,09
<b>TOTAL</b>	<b>993.857,01</b>	<b>888.518,37</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	53.434,13	61.689,18
Impostos e contribuições a recolher	471.060,35	434.694,10
<b>TOTAL</b>	<b>524.494,48</b>	<b>496.383,28</b>

### 14.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	1.192.203,78	1.394.578,37
Provisão para Pagamentos a Efetuar ( a )	1.252.947,65	1.060.617,17
Provisão para Passivos Contingentes ( b )	2.364.392,24	2.278.773,38
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	118.407,08	99.094,11
Credores Diversos – País ( c )	798.087,21	119.752,75
<b>TOTAL</b>	<b>5.726.037,96</b>	<b>4.952.815,78</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento, água, aluguéis, auditoria interna e externa, comunicações, serviços de terceiros e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	681.836,19	433.452,82	648.148,01	424.014,67
COFINS	1.566.012,38	1.566.012,38	1.528.852,76	1.528.852,76
Trabalhistas	12.548,45	12.548,45	70.000,00	0,00
Outras contingências	103.995,22	0,00	31.772,61	0,00
<b>Total</b>	<b>2.364.392,24</b>	<b>2.012.013,65</b>	<b>2.218.773,40</b>	<b>1.952.867,43</b>

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

(c) Refere-se à cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2018 (R\$ 40.635,58), Créditos de Terceiros a compensar (R\$6.644,40) e Pendências a Regularizar (R\$705.456,19). Dentro da Rubrica Pendências a regularizar, está incluso o Depósitos a Pagar na conta de salário de funcionários da Prefeitura de Fortuna de Minas (R\$331.684,37) e Débito do Cartão Cabal (R\$322.960,01).

d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.924.349,91 (R\$ 3.720.387,60 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

### 15. Instrumentos financeiros

O SICOOB opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

### 16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10 %, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobre líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	4.511.931,44	0,00
Perda líquida do exercício	0,00	(1.918.915,13)
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	306.137,14	371.794,21
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.205.794,30	(2.290.709,34)
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	420.579,43	(2.290.709,34)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	210.289,72	0,00
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>3.574.925,15</b>	<b>0,00</b>

### 17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	1.523.171,25	1.575.966,49
Despesas específicas de atos não cooperativos	(273.394,97)	(208.410,41)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(670.669,25)	(701.613,95)
Resultado operacional	579.107,03	665.942,13
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(15.355,21)	1.420,62
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	563.751,82	667.362,75
Imposto de Renda e Contribuição Social	(257.614,68)	(295.568,54)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>306.137,14</b>	<b>371.794,21</b>

### 18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	94.290,69	289.623,15
Reversão de Outras Provisões Operacionais	70.100,00	5.500,00
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	31.758,09	101.424,83
Rendas de Repasses Interfinanceiros	12.448,69	20.380,12
Atualização de Depósitos Judiciais	46.906,22	68.986,53
Rendas de Cartões	15.287,18	0,00
Dividendos	18.607,37	0,00
Distribuição de Sobras da Central	354.760,74	342.708,22
Juros ao Capital pago pelo Central	201.355,08	0,00
Outras Rendas Operacionais		20.207,71
<b>Total</b>	<b>845.514,06</b>	<b>848.830,56</b>

### 19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-22.731,34	-63.337,63
Despesas de Descontos Concedidos	-43.685,56	0,00
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-452.939,25	-319.263,42
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	-10.989,58	-14.564,01
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-4.602,87	-10.465,40
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-2.712,81	-6.667,59
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-850.839,16	-932.860,06
Fundo de Estabilidade e Liquidez	-259.066,95	0,00
Outras Despesas Operacionais	-138.169,65	-175.950,16
Garantias Financeiras Prestadas	-51.071,06	-163.205,91
Contingências	-12.648,45	-55.000,00
Outras Provisões Operacionais	-152.753,27	-101.351,40
<b>TOTAL</b>	<b>-2.002.209,95</b>	<b>-1.842.665,58</b>

### 20. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	40.663,78	38.001,72
Ganhos de Capital	21.977,03	20.546,21
Ganhos de Aluguéis	3.375,00	2.070,00
Reversão de Provisões não Operacionais	0,00	515.500,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(66.328,31)	(44.619,83)
(-) Perdas de Capital	(15.042,71)	(14.577,47)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(148.751,37)	(139.000,00)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(164.106,58)</b>	<b>377.920,63</b>

### 21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	7.247.667,67	3,08%	20.739,69
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	326.576,06	0,14%	1.085,78
<b>TOTAL</b>	<b>7.574.243,73</b>	<b>3,22%</b>	<b>21.825,47</b>
Montante das Operações Passivas	2.260.767,43	1,54%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	24.317,48	635,90	2%
Conta Garantida	68.671,92	1.305,03	2%
Crédito Rural	923.069,16	16.301,43	14%
Empréstimo	1.273.618,11	32.814,67	2%
Financiamento	617.227,35	9.259,84	7%
Títulos Descontados	46.510,96	232,54	1%
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	664.255,56	1,25%	0%
Depósitos a Prazo	751.767,45	0,57%	0,46%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	2,64%
Empréstimos	2,07%
Financiamento	1,56%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	91,06%

### PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018

Empréstimos e Financiamentos	1,71%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,43%
Credito Rural (modalidades)	0,64%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	577.927,96
Empréstimos e Financiamentos	7.199.789,08

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

### BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)

Honorários	1.662.247,57
Encargos Sociais	465.986,99
Plano de Saúde	6.447,60

### 22. Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito de Sete Lagoas Ltda. – SICOOB CREDISETE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recí

## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SETE LAGOAS LTDA - SICOOB CREDISETE

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira	141.095.758,13	103.711.902,06	
Ativo Permanente - Investimentos	4.202.396,45	3.750.587,50	
As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 22/08/2018, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base de 31/12/2018 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.			
<b>23. Gerenciamento de Risco</b>			
A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.			
A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.			
A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.			
Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.			
23.1 Risco operacional			
O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.			
Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.			
A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).			
23.2 Risco de Mercado e de Liquidez			
O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).			
O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.			
No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:			
a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;			
b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;			
c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;			
d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;			
e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;			
f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;			
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.			
23.3 Risco de Crédito			
O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.			
Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.			
23.4 Gerenciamento de capital			
O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.			
23.5 Risco Socioambiental			
O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.			
23.6 Gestão de Continuidade de Negócio			
A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.			
O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.			
São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).			
Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.			
24. Seguros contratados – Não auditado			
A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.			
25. Índice de Basileia			
As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.			
O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31/12/2018.			
26. Provisão para demandas judiciais			
É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.			
Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDISETE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 832.950,22. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas e cíveis.			
Sete Lagoas (MG), 07 de fevereiro de 2019.			
Ricardo Maurício Dutra França Diretor Administrativo	Warley da Silva Rocha Diretor Financeiro	Maria Angélica Faria E. Rocha Diretora de Risco	Marco Antônio Chaves Filho Contador – CRC nº: 74.301/O
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>			
O Conselho Fiscal do SICOOB CREDISETE – Cooperativa de Crédito de Sete Lagoas Ltda. SICOOB CREDISETE, reunido em 07/02/2019, em cumprimento ao Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral de 2018, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.			
Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SICOOB CREDISETE, Cooperativa de Crédito Sete Lagoas Ltda., em 31 de Dezembro de 2018.			
Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2018.			
Sete Lagoas (MG), 07 de Fevereiro de 2.019.			
UILTON ÁVILA Coordenador do Conselho Fiscal	IRACEMA DA GLORIA SOARES Secretário do Conselho Fiscal	UBIRATAN CAMPELO REIS Conselheiro Fiscal-Efetivo	
<b>Relatório da Administração</b>			
Senhores Associados, Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Crédito de Sete Lagoas Ltda. – SICOOB CREDISETE, na forma da Legislação em vigor.		captação, no montante de R\$42.862.014,40.	
<b>1. Política Operacional</b>		<b>5. Patrimônio de Referência</b>	
Em 2018, o SICOOB CREDISETE completou 31 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.		O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDISETE era de R\$33.268.304,95.	
<b>2. Avaliação de Resultados</b>		<b>6. Política de Crédito</b>	
No exercício de 2018, o SICOOB CREDISETE obteve um resultado antes das destinações de R\$4.511.931,44. Conforme Estatuto, foi destinado o valor de R\$516.426,86 para FATES e o valor de R\$420.579,43 para Fundo de Reserva. Depois das destinações, a sobra líquida final foi de R\$3.574.925,15.		A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proferido tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação. O SICOOB CREDISETE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.	
<b>3. Ativos</b>		<b>7. Governança Corporativa</b>	
Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$141.095.758,13. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 77.395.863,29 63.		Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.	
A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída: Carteira Rural R\$6.728.295,22 8,69% Carteira Comercial R\$ 70.667.568,07 91,31% Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 26,40% da carteira, no montante de 20.393.405,07.		A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.	
4. Captação		A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que, por sua vez, faz as auditorias internas.	
As captações encontravam-se assim distribuídas: Depósitos à Vista R\$ 53.661.611,97 29,06% Depósitos a Prazo R\$126.918.205,78 68,86% LCA R\$ 3.826.020,66 2,08%		Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.	
Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 23,58% da		Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.	
		Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.	
		A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.	
		Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.	
		<b>8. Conselho Fiscal</b>	
		Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.	
		Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-los.	
		<b>9. Código de Ética</b>	
		Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDISETE aderiram, em 2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.	
		<b>10. Sistema de Ouvidoria</b>	
		A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.	
		No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB CREDISETE registrou 25 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.	
		Das 25 reclamações, 12 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.	
		<b>11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop</b>	
		De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação	
		de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).	
		Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.	
		As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.	
		Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.	
		Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.	
		Sete Lagoas/MG, 07 de fevereiro de 2019.	
		Conselho de Administração e Diretoria	